Saúde da população negra

Marcos Teixeira de Souza

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/694>

DOI: 10.4000/ras.694

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2013

Paginação: 165-166

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Marcos Teixeira de Souza, « Saúde da população negra », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 01 fevereiro 2015, consultado no dia 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/ras/694> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/ras.694>

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 setembro 2020.

© SASO

Saúde da população negra

Marcos Teixeira de Souza

REFERÊNCIA

Luís BATISTA, Jurema WERNECK, Fernanda LOPES, Tânia MÜLLER (org.) 2012: Saúde da População Negra, 2ª edição, Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros 328 p.

- 1 Portugal, Brasil e diversas nações africanas viram-se *irmanadas conflitivamente*, se é que se pode usar este termo paradoxal no tocante à escravidão de milhões de africanos levados para o Brasil e para outras regiões das Américas. Neste contexto, estudar e entender a Diáspora Africana colabora no sentido de reflectir os efeitos sociais, culturais e políticos entre diversas nações impactadas pela escravidão. Ainda que tais efeitos não sejam modificados no tempo presente não significa dizer que eles devam ser esquecidos.
- 2 Em 1845, com o Act Bill Aberdeen, que determinava a proibição do tráfico de africanos, com outras pressões internas e externas, paulatinamente as nações latino-americanas se viram obrigadas a abandonar o sistema escravocrata, passando a adoptar, em algumas destas nações latino-americanas, a imigração de europeus (em especial, italianos, alemães, entre outros grupos étnicos) para povoamento e para o trabalho em lavouras.
- 3 Nesta política de imigração do governo imperial brasileiro, eram evidentes duas intenções: construir uma alternativa ao trabalho escravo; e substituir o negro pelo homem branco, amparados pelas teses consideradas, à época, científicas sobre a inferioridade da raça negra, supostamente assim justificando a procura por um novo modelo de nação, em que o homem branco figuraria como símbolo do desenvolvimento socioeconómico.
- 4 Depois de longas décadas, a Abolição da Escravidão, em 1888, a criação da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pode ser considerada como um passo decisivo para que o

governo brasileiro agisse contra a histórica assimetria entre brancos e negros no país, mobilizando diversas esferas governamentais e não-governamentais, em especial, na área da Educação e da Saúde.

- 5 Por meio de uma parceria entre o Ministério de Saúde, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a obra *Saúde da População Negra* (2012), organizada pelos especialistas Luís Eduardo Batista, Jurema Werneck e Fernanda Lopes; e coordenada por Tânia Mara Pedroso Muller, aprofunda a importância da equidade racial como um elemento central, posicionando a saúde em relação ao negro não como um favor do Estado a ele, mas como um direito.
- 6 Ao longo da obra, constituída de dezasseis capítulos, o racismo perpassa como um processo secular, que deixou profundas marcas sociais na sociedade brasileira. Como contraponto, detendo-se na esfera da Saúde, a obra caminha para o entendimento de que políticas públicas direccionadas para a população afrodescendente são essenciais e urgentes para mudar o quadro problemático quanto à assistência deste segmento populacional.
- 7 Historicamente, a população afrodescendente no Brasil teve menor acesso aos serviços de saúde. Neste contexto, o racismo oculto e institucional, acredita-se, ainda se encontram muito presentes nas entidades hospitalares, o que faz a obra um livro de contribuição relevante para repensar os atores sociais e as dinâmicas sociais e profissionais neste âmbito, introduzindo novas atitudes e práticas entre os profissionais da saúde.
- 8 Assim, a obra mostra uma possibilidade de ruptura entre as gerações afrodescendentes anteriores e actuais, tendo como epicentro de discussão a noção de que a inacessibilidade ou baixa acessibilidade aos serviços de saúde para os afrodescendentes, não dados outrora, evidencia o papel do Estado de promover políticas públicas para o acesso igualitário de todos à saúde, independente da cor de pele ou outras diferenças.

AUTORES

MARCOS TEIXEIRA DE SOUZA

Analista em Ciência e Tecnologia no Instituto Nacional de Câncer (INCA) do Ministério da Saúde, Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Unigranrio. É membro e Investigador Assistente do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Rio de Janeiro, Brasil). É co-editor do livro *Diversidade & Exclusão. Reflexões e caminhos para o diálogo* (2011).
[e-mail: Marcos.Souza@inca.gov.br]